

**DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS E MIGRAÇÃO DE RETORNO NAS MACRORREGIÕES
BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DIFERENTES ASPECTOS INDIVIDUAIS E
SOCIOECONÔMICOS**

Matheus Oliveira de Alencar¹

Caroline Lucion Puchale²

Sabino da Silva Porto Junior³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos da migração de retorno sobre os rendimentos dos migrantes de retorno nas macrorregiões brasileiras, de acordo com o sexo, raça, zona de domicílio, situação no mercado de trabalho e nível de escolaridade dos indivíduos no ano de 2015. Para alcançar este objetivo, empregou-se o método não paramétrico de Ñopo (2008) utilizando-se da base de microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2015. De maneira geral, observou-se que os migrantes de retorno apresentaram maiores rendimentos do que os não migrantes, confirmando a hipótese de seletividade positiva. No entanto, esse não foi um processo homogêneo entre as macrorregiões, bem como de acordo com características individuais e socioeconômicas da população. Observou-se também que, com exceção da região Sudeste, os migrantes de retorno mais escolarizados foram também os que apresentaram maiores diferenciais de rendimentos em seu favor, possivelmente em virtude dos ganhos de oportunidades obtidas durante o processo migratório para outras regiões.

Palavras-chave: Migração de retorno, Diferencial de rendimentos, Migração regional.

ABSTRACT

This study aims to analyze the effects of return migration on the salary gains of return migrants in Brazilian macro-regions, according to sex, race, zone of residence, situation in the labor market and educational level of individuals in the year of 2015. To achieve this objective, Ñopo's (2008) non-parametric method was used, with the microdata of the National Household Sample Survey (PNAD) of the 2015. In general, it was observed that return migrants showed higher yields than non-migrants, confirming the hypothesis of positive selectivity. However, this was not a homogeneous process among the macro-regions and it differs according to the individual and socioeconomic characteristics of the population. It was observed that, with the exception of the Southeast region, the most educated return migrants were also the ones who presented the greatest income differentials in their favor, possibly due to the gains in opportunities obtained during the migration process to other regions.

Keywords: Return migration, Yield differential, Regional migration.

JEL: J61, J71, R23.

¹ Doutorando em Economia, com ênfase em Economia Aplicada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: matheusalencar29@gmail.com

² Doutoranda em Economia, com ênfase em Economia Aplicada, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carolpuchale@gmail.com

³ Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) e Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: portojr@ufrgs.br

1 INTRODUÇÃO

O fluxo migratório é um fenômeno de grande importância para o crescimento e desenvolvimento econômico das nações, assim como, para transformações no âmbito social, político, demográfico e cultural dos países. Dados do Banco Mundial do ano de 2005 apontam que existiam, aproximadamente, 250 milhões de indivíduos migrantes no mundo. E esse processo tem se elevado nos últimos anos como consequência das modernizações e da difusão dos meios de transporte e devido a conflitos regionais no mundo, por exemplo.

No Brasil, segundo Queiroz e Baeninger (2013), durante os últimos cinquenta anos as migrações internas foram responsáveis pelo processo de reorganização da distribuição espacial da população. Esse fenômeno foi instaurado entre as décadas de 1970 e 1980, devido, em grande medida, ao processo de industrialização e mudança da fronteira agrícola do Brasil. Isso acarretou, durante esse período, grandes migrações para o Sudeste brasileiro e transferências de grande número de pessoas residentes no campo para as cidades, o que ficou conhecido como êxodo rural. Segundo Martine (1994), cerca de 15,6 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais brasileiras entre os anos de 1970 e 1980.

Além desse grande fluxo de pessoas migrantes em busca de melhores oportunidades econômicas e pessoais, no mesmo período das décadas de 1970-1980, ocorreu a expansão de um outro fenômeno de grande importância para a dinâmica da mobilidade populacional no Brasil: a migração de retorno. Queiroz e Baeninger (2013) evidenciam, que nos anos de 1970, 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas Gerais eram de retorno. As autoras sustentam também, que no mesmo período, o fluxo de retorno para os estados de origem representava cerca de 11% do total de migrações internas nacionais, e essa taxa se expandiu entre 1981 e 1991, alcançando um total de 24,5% das migrações internas no país.

De acordo com dados da PNAD (2015), dentre as regiões com maior atratividade para retorno, destaca-se a região Sul, que, no ano de 2015, possuía cerca de 23 retornados para cada mil habitantes da região, o que equivale a, aproximadamente, 2,3% da população. Outra região que se destacou nesse processo foi o Centro-Oeste brasileiro que possuía, neste mesmo ano, 18 retornados para cada mil habitantes. Os dados também apontam que a região Norte apresentou o menor número de retornados, apenas 4,7% do total de retornados do Brasil em 2015.

Há evidência de que o fenômeno da migração de retorno brasileira é relevante e continua ocorrendo. Porém, pouco se sabe sobre os reais motivos que levam os indivíduos a voltarem para seus locais de origem. Analisando-se o arcabouço teórico que trata das questões de migrações de retorno, pode-se formular duas hipóteses explicativas básicas:

1. A remigração⁴ ocorreria pela decepção que os agentes migrantes adquirem ao chegarem no local de destino - Borjas e Bratsberg (1996);
2. Os indivíduos ao migrarem são motivados pela busca de riquezas e de capital humano nas localidades de destino para em outro momento voltarem para suas regiões de origem -Dustmann e Kirchkamp (2002).

Para o caso desta segunda hipótese, é de se esperar que, ao retornarem para seu local de origem, os migrantes apresentem rendimentos superiores aos dos não migrantes. Portanto, a análise dos diferenciais de rendimentos entre retornados e não migrantes torna-se importante pois ajuda a esclarecer as razões que levam os migrantes a voltarem para suas regiões de nascimento.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar os efeitos da migração de retorno sobre os ganhos salariais dos migrantes de retorno nas macrorregiões brasileiras. Estimamos via decomposição de Nopo os diferenciais de rendimentos esperados do migrante de retorno em relação ao não migrante, por macrorregião brasileira, de acordo com o sexo, raça, situação no mercado de trabalho, zona de domicílio e nível de escolaridade dos indivíduos no ano de 2015. Em linhas gerais, encontramos que os migrantes de retorno receberam rendimentos maiores do que os não migrantes, mas esse não foi um processo homogêneo entre as macrorregiões, bem como de acordo com características individuais e socioeconômicas da população.

⁴ Em todo o artigo remigração será utilizado como sinônimo de migração de retorno.

Dentre as principais contribuições deste trabalho destaca-se a abordagem regional em relação a análise dos diferenciais de rendimentos entre migrantes de retorno e não migrantes brasileiros com uso da decomposição de Ñopo, que consiste num método empírico ainda pouco empregado na literatura, mas que traz importantes contribuições em termos de robustez das estimações. Além disso, contribui também ao considerar na análise as diferenças nas características pessoais e socioeconômicas dos indivíduos. Sendo assim, torna-se possível a identificação de padrões e particularidades no processo de remigração ainda não observados em estudos anteriores para o Brasil.

O presente estudo está dividido em quatro seções além desta introdução. Na segunda seção é apresentada brevemente uma análise teórica do fenômeno da migração de retorno e uma, também breve, revisão da literatura empírica internacional e nacional. Na terceira seção é descrita a estratégia empírica e a metodologia utilizada, assim como, as bases de dados consultadas. Na quarta seção é realizada a análise dos resultados. Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 ABORDAGENS ACERCA DA MIGRAÇÃO DE RETORNO

A discussão acerca das migrações de retorno pode ser sintetizada em duas abordagens, a primeira está presente no trabalho seminal de Borjas e Bratsberg (1996), pela qual postula que o fenômeno da remigração é decorrente de informações errôneas, obtidas antes de realizar a migração, sobre as oportunidades econômicas do local de destino, ou seja, é um ato de frustração em relação às circunstâncias negativas evidenciadas no local de destino pós realizar a migração.

Segundo os autores, a tomada de decisão *a posteriori* sobre a possibilidade de residir, de forma permanente, no local de destino escolhido, dependerá da forma pelo qual aquela região remunerará os seus trabalhadores. Assim, os indivíduos com baixa nível de qualificação e que percebem baixos rendimentos tenderão a retornar, enquanto, as pessoas com alto nível de escolaridade poderão ser absorvidas pelo mercado de trabalho das regiões de destino. Tal decisão de permanecer no local de destino se justificaria, pois, agentes com alta nível de capacidade de aprendizado, possuem chances elevadas de ganhos econômicos maiores se permanecerem no local de destino, enquanto que, indivíduos com baixo nível de escolaridade, terão maiores possibilidades de aumentar seus ganhos se simplesmente retornarem para a região de origem.

Uma abordagem mais recente, e sobre a qual o presente trabalho se fundamentará em grande medida, ressalta que há um período de tempo ótimo no qual os indivíduos que migram permanecem no país de destino. Essa situação ocorre, segundo Dustmann e Kirchkamp (2002), pois os indivíduos possuem planejamentos de vida, ou seja, organizam-se para também expandir suas oportunidades econômicas no seu local de nascimento, tais como, abrir novos empreendimentos, buscar oportunidades de empregos vantajosas, aumentar o bem-estar seu e de seus familiares, ser reconhecido entre os seus, etc. E para alcançar esses objetivos, traçam planos migratórios temporários com a finalidade de obterem ganhos de capital humano e riquezas físicas em outros locais, ou seja, os migrantes permanecem no local de destino somente até adquirirem recursos humanos e monetários suficientes para alcançarem seus objetivos. Nas palavras dos autores: “[...] a migração faz parte de um plano de ciclo de vida para acumular capital para atividades de trabalho por conta própria ou para atividades de puro lazer após o retorno” (DUSTMANN; KIRCHKAMP, 2002, p. 352, tradução nossa). Uma implicação provável desse processo é o papel positivo da migração de retorno sobre a economia do local de origem ou local de destino da migração de retorno. Portanto, o ato de retorno possui consequências positivas para o local de regresso, uma vez que, o local de origem conquista uma série de benefícios de cunho econômico incorporados no migrante de retorno.

Dessa forma, para organizar seus argumentos, Dustmann e Kirchkamp (2002) formularam um modelo teórico simples baseado em suas hipóteses sobre migração. Os pressupostos que permeiam o modelo são:

- A duração ótima de migração e a atividade a ser desenvolvida no país de origem são determinadas simultaneamente pelos indivíduos;
- Existem três atividades econômicas que os agentes podem realizar após seu retorno: (1) viver com o capital adquirido na região de migração e abster-se de qualquer atividade econômica; (2) trabalhar como assalariado; (3) trabalhar por conta própria;

- Para cada uma das três atividades que são possíveis de serem desenvolvidas, o migrante determina o consumo e a duração da migração ideais;
- A tomada de decisão em relação ao período da migração e a atividade econômica a ser desenvolvida no país de origem, após seu retorno, ocorre pela comparação entre as utilidades esperadas que seriam geradas por cada um dos serviços alternativos;
- O tempo é contínuo, sendo que os indivíduos nascem no tempo zero e morrem no tempo $T = 1$. Além disso, no tempo $\tau \in (0,1)$ ocorre a emigração;
- Os migrantes possuem informações perfeitas sobre os níveis salariais no país de emigração e imigração, definidos respectivamente como w_E e w_I . Além disso, é estabelecido que $w_E > w_I$;

O migrante busca maximizar sua utilidade durante seu período restante do ciclo de vida $(1 - \tau)$, e com isso define os seus níveis ideais de consumo c_I e c_E (consumo no país emigrante e imigrante), o tempo ideal de retorno (t) e a atividade a ser exercida no país de origem. Assim, a função de utilidade do indivíduo que migra é a estabelecida na Equação (1):

$$U = (1 - t)\beta_E \ln c_E + (t - \tau)\beta_I \ln c_I - h_s(\alpha_s + (1 - t)\beta_s) - h_w(\alpha_w + (1 - t)\beta_w) \quad (1)$$

Sendo c_E e c_I : nível de consumo do país emigrante e imigrante⁵, respectivamente; β_E e β_I são parâmetros de preferências; h_s : atividade autônomo; h_w : atividade assalariado; α_s e α_w são os custos fixos (por exemplo: instalação, infraestrutura); β_s e β_w : são as desutilidades que as ocupações geram aos indivíduos por unidade de tempo.

Por fim, os indivíduos definem c_E , c_I , h_s e h_w ótimos sujeito a restrição orçamentária dada pela equação (2).

$$RO = (1 - t)c_E + p(t - \tau)c_I - (1 - t)h_w w_E - (t - \tau)(1 - h_s)w_I - r h_s f(k, 1 - t) \quad (2)$$

Sendo $f(k, 1 - t)$ a função produção caso o agente opte por desenvolver a ocupação de autônomo quando retornar ao país de origem. Essa função é crescente em k , que representa o capital social acumulado na região escolhida para migração e que será utilizado como fator de produção na ocupação de autônomo. E p é um vetor de preços relativos do país de migração em relação ao país de retorno.

Como principais resultados Dustmann e Kirchkamp (2002), encontram que o migrante optará por executar atividades do tipo autônoma, após o retorno a sua terra natal, se migrar ainda jovem para a região escolhida. No entanto, se o agente migrar numa idade intermediária preferirá trabalhar como assalariado no eventual retorno. Por fim, se migrar em idade avançada, então, após seu retorno, irá optar por aposentar-se no local de retorno. Assim, concluem que os indivíduos que escolhem trabalhar por conta própria são, em média, 2,5 anos mais jovens do que o restante da população de migrantes que acaba por realizar outras atividades no local de retorno.

Dustmann e Kirchkamp (2002) argumentam também que o tempo ideal de migração depende de uma série de variáveis socioeconômicas do indivíduo e dos locais de origem e de destino. No entanto, os autores defendem que, quando há aumentos no nível salarial no país de origem, o tempo de duração ótima da migração tende a diminuir. Porém, se, ao contrário, o aumento de salário ocorrer no país escolhido para migrar, então há um efeito líquido final ambíguo, devido aos efeitos renda e substituição. Outras variáveis que afetam a duração ideal da migração é a idade de entrada na região ou país exterior, e parâmetros de preferências e de poder de compra. Portanto, segundo o modelo, o tempo ótimo de migração diminui com o avanço da idade e com o aumento do poder de compra da renda do indivíduo.

⁵ Emigrante é o indivíduo que sai de seu local de nascimento e vai morar em outro lugar. Já o imigrante é o indivíduo que entra em um determinado país, por exemplo, e faz dele seu local de moradia.

Dustmann e Kirchkamp (2002) analisaram os dados relacionados à migração e ao perfil dos indivíduos que migraram na Turquia nos anos de 1980. Como principais conclusões, confirmam a hipótese de que há uma relação entre a idade da migração, o tempo ideal de migração e as atividades econômicas escolhidas no período pós-retorno. Assim, indivíduos com idade avançada tendem cada vez menos a envolver-se em atividades empresariais após o retorno aos seus locais de origem, o que está relacionado com os custos envolvidos com a realização dessa atividade.

Portanto, de maneira geral, os agentes econômicos realizam o ato migratório com o intuito de acumular capital humano e riqueza no país receptor, para após essa etapa da vida, realizar o retorno para seu local de origem e usufruir dessa acumulação de capital o que seria, de certa forma, também benéfico para economia local de origem do migrante. Logo, concluem que há externalidades positivas para o local de nascimento dos indivíduos, uma vez que o retorno possível gera maiores níveis de emprego e crescimento econômico para a região de retorno.

2.1 Evidências empíricas

Outros estudos também testaram empiricamente o modelo de Dustmann e Kirchkamp (2002). Dentre esses estudos destacam-se os trabalhos de Dustman (2003), Newbold (2001), Zhao (2002) e Dustmann e Weiss (2007).

Dustmann (2003), por exemplo, testou a hipótese original do modelo para dados da Alemanha. Novamente, os resultados encontrados corroboraram o efeito positivo da migração de retorno dentro da Alemanha. Seguindo a mesma estratégia empírica de Dustmann e Kirchkamp (2002) aplicados à base de dados da Alemanha, observa-se, porém, que as diferenças salariais entre países ou regiões reduziram tempo ótimo de migração, ou seja, o aumento dos salários no país receptor fez com que os indivíduos se mantivessem no local de migração por um tempo menor. A justificativa para tal resultado é que, mesmo que os agentes econômicos desejassem prolongar sua permanência no país de migração em resposta aos salários mais altos, os ganhos com a perseverança no exterior se reduziram, uma vez que, a utilidade marginal da riqueza diminui. Isso seria um indicativo da seletividade positiva no movimento de retorno para o local de origem.

Newbold (2001) analisou os motivos e as características dos agentes econômicos que retornam ao seu local de origem. Para esse fim, usou os dados censitários do Canadá do ano de 1996 e empregou um modelo empírico logit binominal. Constatou, então, que o fluxo de migração de retorno está relacionado com as características das províncias de origem no que diz respeito ao seu desempenho econômico relativo. Dessa forma, províncias de destino e de origem com rápido crescimento econômico tendem a ser atrativas. Além disso, grande parte das migrações de retorno são eventos planejados e ocorrem em um período curto, sendo associada a fenômenos como emprego, educação, aposentadoria e preferências por viagens. Por fim, há evidência de que os remigrados não constituem um grupo homogêneo, pois, no estudo, jovens adultos frequentemente retornam ao seu local de origem motivados por fracassos ou devido a movimentos de transição, tais como: perda de emprego, rompimento de casamentos, busca de educação formal, etc. No entanto, os migrantes idosos efetuaram a remigração após transitarem, por um período, no local de destino. Segundo os autores, pessoas com idade avançada, que estejam próximas ao período de aposentadoria, tendem a realizar um retorno planejado, após se deslocarem para outras localidades para angariarem novas oportunidades de emprego, desenvolvimento de carreira, crescimento do capital humano, etc. O retorno ocorreria, então, ao alcançarem toda a riqueza almejada. Esses indivíduos voltam para seu local de origem por possuírem familiaridade com o local de origem e ter o apoio de amigos e familiares no momento mais sensível da vida e para desfrutar de sua aposentadoria em melhores condições.

Zhao (2002) também utilizou um modelo econométrico logit binominal para dados de pesquisas domiciliares coletados em 1999 na China. Encontraram que apenas 38,4% de todos os migrantes chineses voltaram para casa ou local de origem em 1999. E, em média, os migrantes permaneceram 3 anos na região de destino. O autor constatou também, que a probabilidade de os indivíduos retornarem ao seu local de nascimento está positivamente relacionada com as variáveis: nível educacional, idade do migrante, estado civil e ocorrência de separação conjugal. Além disso, dos indivíduos que perderam seu emprego nos locais de destino, grande parte não retornou para seu local de origem e encontraram outro emprego na mesma

cidade. As famílias que remigraram eram dotadas, em uma proporção maior, de bens duráveis, estoque de moradias e máquinas produtivas, do que famílias locais não migrantes.

Outo estudo empírico para o Reino Unido no período de 1992 a 2004 a partir de dados da *British Labour Force Survey* constatou que a migração tende a ser um fenômeno temporário e, que, portanto, a migração de retorno é usual - Dustmann e Weiss (2007). As migrações de retorno, portanto, ocorreriam devido a três fatores principais: (i) preferências dos indivíduos pelo consumo em seus países de origem; (ii) alto poder de compra da moeda do país de destino no país de origem; (iii) acúmulo de capital humano ocorrido no país de destino. Os autores também revelaram que, da população migrante que o Reino Unido recebeu no período, 40% de todos os homens e 55% de todas as mulheres deixaram a Grã-Bretanha cinco anos após a sua chegada e que houve uma maior remigração para países da União Europeia, das Américas e para a Austrália, sendo menos pronunciada o retorno para a Índia e para países da África. Além disso, Dustmann e Weiss (2007) buscaram mostrar que, normalmente, as migrações são temporárias e não permanentes. Essa hipótese pauta-se na ideia já mencionada no trabalho de Dustmann e Kirchkamp (2002), de que os indivíduos migram, a fim de angariar capital físico e humano no país de destino para concretizar objetivos econômicos no próprio local de origem.

As discussões acerca das causas e da existência de migrações de retorno no Brasil começaram a ganhar popularidade nos anos de 1980 tendo como enfoque a análise do diferencial de renda entre regiões e questões relacionadas à contribuição da remigração para o desenvolvimento econômico da região de retorno, pois indivíduos retornados carregam para o país ou local de origem, novos conhecimentos e riquezas que viabilizam altos nível de crescimento econômico para região de retorno - Ramalho e Queiroz (2011). Para testar essa hipótese, os autores estimaram um modelo estrutural de utilidade aleatória e de decomposição de diferenciais de salários proposto inicialmente por Oaxaca (1973). A base de dados foi retirada da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2007. Como resultados, encontraram que pessoas de alta escolaridade são as que apresentam a maior probabilidade de realizarem a remigração. Além disso, concluíram também que há maiores chances de um indivíduo morador da região sul tornar-se um migrante de retorno, do que pessoas moradoras da região sudeste do Brasil. Por fim, observaram também que pais com filhos menores de idade possuem maiores chances de voltar ao seu local de nascimento, e os que voltaram para seus locais de origem obtiveram um retorno econômico positivo que pode decorrer do fato que esses indivíduos acumulam capital humano e riqueza na região receptora ou de destino.

Um aspecto que talvez justifique economicamente a necessidade da migração de retorno é a relação entre tempo do indivíduo na região de destino e o ganho salarial do migrante. Para testar essa relação Maciel e Cunha (2013) estimaram uma equação salarial minceriana para dados da PNAD 2009 relativos aos rendimentos de migrantes e de não migrantes brasileiros. O principal achado dessa pesquisa foi observar que o ganho a mais do migrante em relação ao não migrante cai ao longo do tempo de residência na região de destino no Brasil. Assim, o migrante, ao chegar no seu local de destino, obtém rendimentos, em média, 17% maiores do que o do não migrante. Contudo, no decorrer do tempo, essa diferença se contrai, para algo, em torno, apenas de 1,2% a mais do que o não migrante. Assim, migrantes que estão no local de destino a menos de 4 anos, recebem, em média, 13,4% a mais do que os não migrantes. No entanto, esse percentual diminui para 2,8% quando o migrante está na unidade da federação a mais de 10 anos. Portanto, quanto maior o tempo de migração menor é o diferencial salarial entre os que migraram e os residentes no local de destino. Além disso, os migrantes autodeclarados negros ou pardos receberam, em média, renda menor do que migrantes brancos no local de destino.

O impacto do migrante de retorno sobre a renda da região que os recebeu de volta foi positivo nos estados da região nordeste do Brasil para o período 2003 e 2012, segundo Cavalcante e Justo (2017). Os remigrados nordestinos são, na sua maioria, pessoas autodeclaradas pardas, com idade entre 18 e 41 anos, com escolaridade média relativamente elevada – 11 a 14 anos de estudos – e que trabalhavam principalmente em atividades do setor de comércio. A diferença salarial observada entre migrante retornado e não migrante era de aproximadamente 12% maior para o retornado entre 2003 a 2012. Por fim,

Um estudo específico - Lima (2019) - usou o método de Ñopo de estimação não paramétrica aplicados aos microdados do Censo demográfico do ano de 2010. O estudo avaliou as diferenças de rendimentos entre migrantes e não migrantes em diversos setores produtivos e para situação de domicílios

das microrregiões dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba). Novamente, observou-se uma disparidade salarial elevada entre migrantes e não migrantes para trabalhadores dos mercados formal e informal remunerados. Portanto, indivíduos residentes receberam, em média, uma remuneração mais baixa do que os migrantes. Especificamente, no mercado de trabalho formal e para os setores do comércio, da agricultura, da construção civil e de serviços domésticos (setores que mais empregam trabalhadores na região do Matopiba) essa diferença salarial favorável aos migrantes era bem nítida.

Na mesma linha de pesquisa Lima *et al.* (2020) constataram diferenças de renda por gênero entre os migrantes de retorno. Assim como ocorre no mercado de trabalho formal em geral, mulheres migrantes de retornos recebem, em média, um nível de renda menor do que os de homens migrantes de retorno em todos os setores produtivos da economia da região de retorno do Nordeste do Brasil. Situação semelhante ocorre para diferencial de renda maior para brancos retornados em relação a não brancos retornados em todos os setores da economia local.

Portanto, há bastante evidências, da ocorrência de retorno no Brasil. Essa migração de retorno implica em ganhos salariais para o retornado e tende a gerar externalidades positivas para as próprias regiões que recebem os retornados. Dessa forma, o presente estudo se insere nessa literatura e busca, como já foi destacado, analisar os efeitos da migração de retorno sobre os ganhos salariais reais dos migrantes de retorno nas macrorregiões brasileiras.

3 METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se a base de dados utilizada no estudo, a descrição das variáveis utilizadas e os filtros empregados no tratamento dos dados. Além disso, é apresentado também o método empírico empregado.

3.1 Base de Dados e Descrição das Variáveis

Neste estudo foram utilizados os microdados extraídos da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2015. Essa base de dados disponibiliza as informações necessárias mais recentes relacionadas ao tempo de residência na unidade da federação (UF), o que é fundamental para identificar o migrante de retorno, o migrante não retornado e o não migrante.

Considera-se como migrante aquele indivíduo que, na data da entrevista, declarou residir em um estado diferente daquele em que nasceu. Já como migrante de retorno, o indivíduo que declarou já residir em outro estado, mas que, no momento da entrevista, encontra-se no seu estado de nascimento⁶. No entanto, no presente estudo, considerou-se somente os indivíduos não migrantes e os migrantes de retorno, sendo excluídos, dessa forma, os migrantes.

Com o intuito de deixar a amostra mais homogênea, foram empregados diversos filtros sobre a base de dados da PNAD (2015). Excluiu-se indivíduos com idade inferior a 18 anos ou superior a 65 anos de idade, tal corte é justificado porque indivíduos desse grupo tem maior probabilidade, de estarem fora do mercado de trabalho formal - Justo e Silveira Neto (2007). Excluiu-se também indivíduos com renda superior a R\$ 500.000,00, os que não obtiveram renda no período analisado ou não apresentavam informações para esta variável.

Com relação à classificação da atuação do indivíduo no mercado de trabalho entre formal e informal, considerou-se como grupo formal os indivíduos contribuintes da previdência social. No entanto, se não fossem colaboradores da previdência então foram classificados como trabalhadores informais.

Vale salientar que seria importante corrigir a renda dos indivíduos com relação ao custo de vida de cada região, uma vez que existem grandes disparidades regionais no que se refere aos níveis de renda, bem-estar e custo de vida entre as regiões brasileiras, conforme observado por Almeida e Azzoni (2016), que calculou um índice de custo de vida desenvolvido para as regiões metropolitanas brasileiras. Dado que o presente trabalho compreende uma maior área de estudo, com observações de todo o país, para realizar essa correção de renda de forma adequada, seriam necessárias informações, pelo menos, a nível de microrregião.

⁶ Essas mesmas definições foram usadas por Ramalho e Queiroz (2011).

Infelizmente, não existem dados disponíveis para tal procedimento. Dessa forma, seguimos a mesma estratégia de Lima *et al.* (2020) e não empregamos o procedimento de correção de renda.

Quadro 1 - Definições das variáveis utilizadas no modelo estimado

Variável dependente	Descrição
Ln Renda	Logaritmo natural do rendimento mensal de todos os trabalhos
Variáveis explicativas	Descrição
Sexo	Masculino = 0 e feminino = 1
Raça	Branco = 0 e não branco = 1
Escolaridade	Anos de estudo
Experiência	Diferença entre idade do indivíduo e idade com que começou a trabalhar
Experiência_2	Experiência ao quadrado
Zona de residência	Urbano = 0 e Rural = 1
Situação de trabalho	Atua no mercado de trabalho formal = 0 e atua no mercado de trabalho informal = 1
Horas de trabalho	Número de horas habitualmente trabalhadas por semana
Situação de migração	Não migrante = 0 e migrante de retorno = 1

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Em todas as estimações dos diferenciais de rendimentos, empregou-se como variável dependente o logaritmo natural do rendimento mensal de todos os trabalhos. Como nos propusemos a estimar os diferenciais de rendimentos entre retornados e não migrantes considerando diversas características, as variáveis independentes variaram para cada tipo de estimação. As variáveis independentes, quando estimados os diferenciais de renda de acordo com o sexo, foram: raça, anos de estudos, experiência, experiência ao quadrado, zona de residência, situação de trabalho e horas trabalhadas semanalmente. Quando estimados de acordo com a raça, foram: sexo, anos de estudos, experiência, experiência ao quadrado, zona de residência, situação de trabalho e horas trabalhadas semanalmente. Quando estimados por situação de trabalho, foram: sexo, raça, anos de estudos, experiência, experiência ao quadrado, zona de residência e horas trabalhadas semanalmente. Quando estimados por zona de domicílio, considerou-se as variáveis: sexo, raça, anos de estudos, experiência, experiência ao quadrado, situação de trabalho e horas trabalhadas semanalmente. Por fim, quando estimados por situação de nível de escolaridade, as variáveis explicativas foram: sexo, raça, experiência, experiência ao quadrado, zona de residência, situação de trabalho e horas trabalhadas semanalmente. Todas as estimações incluíram a variável de situação de migração para determinação do diferencial de rendimentos, deixando como referência o migrante de retorno.

3.2 Modelo Empírico: Decomposição de Ñopo

A mensuração do efeito discriminação de rendimentos do trabalho considerando o sexo, a raça, a zona de domicílio, a situação no mercado de trabalho e o nível de escolaridade do migrante de retorno foi realizada por meio do método não paramétrico de Ñopo (2008). O método de Ñopo utiliza técnicas de pareamento de semelhantes para explicar os diferenciais de rendimentos ou outras variáveis, entre grupos distintos. O método de Ñopo possui vantagens com relação a outros modelos empregados na análise de diferenciais de rendimentos. Por exemplo, o modelo Oaxaca-Blinder (1973), um dos métodos mais utilizados na literatura de diferenciais de rendimentos, normalmente, superestima os efeitos da decomposição de rendimentos em virtude de uma má especificação nas equações de rendimentos fora do suporte comum⁷ em relação às características individuais.

Dessa forma, enquanto o pareamento de Ñopo não requer a estimação da equação de rendimentos para comparação entre grupos distintos, o método de Oaxaca-Blinder fundamenta-se implicitamente em uma “suposição fora do suporte comum”, o que o força a pressupor que os estimadores lineares das equações de rendimento dos diversos grupos também são válidos fora do grupo de indivíduos com características semelhantes (ÑOPO, 2008; MARIANO *et al.* 2018; LIMA *et al.* 2020). Sendo assim, as estimativas obtidas por meio da decomposição de Ñopo são relativamente mais robustas.

O diferencial de rendimentos, pelo método de Ñopo (2008), é calculado como uma função do valor esperado dos ganhos derivados de características observáveis dos indivíduos e de uma função de

⁷ O termo “suporte comum” refere-se ao grupo de indivíduos com características similares (ÑOPO, 2008).

distribuição acumulada de tais características observáveis. Considere Y uma variável aleatória que indica os rendimentos dos indivíduos e considere um vetor X de variáveis de características individuais, tais como, sexo, raça, escolaridade, experiência, estado civil, entre outras. Sejam $F^M(\cdot)$ e $F^F(\cdot)$ as funções de distribuição acumulada condicional dos indivíduos retornados e não migrantes, respectivamente, e sejam $dF^M(\cdot)$ e $dF^F(\cdot)$ as respectivas medidas de probabilidades. Tem-se então que o ganho esperado dos rendimentos dos indivíduos atribuíveis às características do indivíduo $g^M(\cdot)$ e $g^F(\cdot)$ podem ser representados, como segue:

$$E[Y|M] = \int_{S^M} g^M(x) dF^M(x) \quad (1)$$

$$E[Y|F] = \int_{S^F} g^F(x) dF^F(x) \quad (2)$$

Dado que S^M e S^F (nas equações 1 e 2) consistem no suporte da distribuição de características para indivíduos retornados e não migrantes, respectivamente, o diferencial entre os rendimentos pode ser obtido por:

$$\Delta = E[Y|M] - E[Y|F] \quad (3)$$

$$\Delta = \int_{S^M} g^M(x) dF^M(x) - \int_{S^F} g^F(x) dF^F(x) \quad (4)$$

Dado que o suporte da distribuição de características para os não migrantes (S^F) e o suporte de distribuição para os retornados (S^M) são diferentes, é possível decompor cada integral presente na equação 4 em dois termos, sendo um dentro e outro fora do suporte comum. Sendo assim, o diferencial total pode ser decomposto em quatro partes, levando-se em conta as diferenças salariais entre retornados e não migrantes, dentro e fora do suporte comum. Na equação a seguir, pode-se observar o diferencial e a decomposição em partes:

$$\Delta = \Delta_M + \Delta_X + \Delta_0 + \Delta_F \quad (5)$$

O termo Δ_M consiste na parte do diferencial que pode ser explicada por características diferentes entre os dois grupos de retornados: o que possui características que podem ser pareadas com as características dos não migrantes e o outro que não possui tais características. Se não houvesse indivíduos retornados que não pudessem ser pareados com não migrantes, esse componente Δ_M teria valor zero. O segundo termo, Δ_X , denota a parte do diferencial atribuída ao conjunto de características entre indivíduos retornados e não migrantes que estão dentro do suporte comum. Já o componente Δ_0 , refere-se a parte não explicada do diferencial de rendimentos, ou seja, é o termo que captura o efeito discriminação. Por fim, o termo Δ_F possui interpretação similar ao primeiro componente (Δ_M), porém, refere-se aos grupos de indivíduos não migrantes.

Segundo Ñopo (2008), dos quatro componentes do diferencial total, três podem ser explicados pela existência de diferenças nas características individuais, Δ_M , Δ_X e Δ_F . O outro componente, Δ_0 , consiste em diferenças de características não observáveis. Diante disto, o diferencial de salários pode ser mais bem explicitado por:

$$\Delta = (\Delta_M + \Delta_X + \Delta_F) + \Delta_0 \quad (6)$$

Mais adiante, na seção de resultados, os componentes dos diferenciais de rendimentos foram representados como: D = diferencial total; D_0 = efeito das características não observáveis (ou efeito discriminatório); e $D_M + D_F + D_X$ = efeito das características observáveis. Dessa forma, D_M refere-se à parte

do diferencial de rendimentos derivada das características distintas entre dois grupos de retornados. O termo D_F possui interpretação equivalente ao termo D_M e refere-se à parte do diferencial de rendimentos derivada das características distintas que há entre dois grupos de não migrantes. D_X é o diferencial de renda explicada pelas características observáveis entre retornados e não migrantes dentro do grupo de indivíduos com características semelhantes. Observe que à medida que os valores do termo D_X se aproximam de zero, mais robusto será o pareamento entre os indivíduos dentro do suporte comum.

Em suma, o pareamento de Ñopo (2008), empregado na estimação dos quatro componentes, ocorre por meio da criação de uma nova amostra, em que, para cada indivíduo não migrante (um por vez e sem reposição), é criado um indivíduo sintético retornado, com as mesmas características observáveis, para o qual o salário consiste na média de todos os indivíduos retornados com características observáveis similares às do indivíduo não migrante selecionado.

Esse procedimento pode ser melhor descrito em alguns passos: 1) seleciona-se na amostra sem reposição um indivíduo não migrante; 2) selecionam-se todos os retornados que apresentam características observáveis similares às do indivíduo selecionado no passo 1; 3) cria-se um indivíduo sintético para o qual o rendimento é a média dos rendimentos de todos indivíduos selecionados no passo 2 e pareia-se este indivíduo ao sintético ao indivíduo do passo 1; 4) inserem-se as observações dos indivíduos pareados no passo 3 em uma nova amostra; 5) repetem-se os passos 1 a 4 para cada indivíduo não migrante até esgotar-se a amostra original.

O procedimento, descrito acima em etapas, foi usado para se obter as equações dos diferenciais de rendimentos esperados condicionados a situação de migração (retornado e não migrante) para dados de cada macrorregião brasileira separando a amostra por sexo (masculino e feminino), raça (branco e não branco), situação de atuação no mercado de trabalho (formal ou informal), zona de residência (rural e urbano), e nível de escolaridade (baixa, média e alta qualificação).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estatística Descritiva

Nesta subseção, apresenta-se a estatística descritiva do perfil do migrante de retorno e do não migrante brasileiro. A Tabela 1 abaixo apresenta informações relativas ao sexo, idade, raça, zona de residência, anos de estudo, situação de trabalho, nível de renda mensal e horas trabalhadas semanalmente, dos migrantes de retorno e dos não migrantes brasileiros no ano de 2015. É possível observar que tanto para a classe dos migrantes de retorno quanto para os não migrantes, os indivíduos do sexo masculino foram maioria, 61,34% entre os migrantes de retorno e 56,20% entre os não migrantes.

No que se refere a idade, nota-se que os retornados eram, em média, mais velhos do que os não migrantes. Comparativamente aos não migrantes, os retornados apresentam menores percentuais nas classes de idade de 18 a 39 anos e percentuais mais elevados nas classes de idades superiores. Com relação a raça, a distribuição dos percentuais entre as categorias é bem semelhante entre retornados e não migrantes. Dentre os retornados 48,51% se autodeclararam brancos, 40,90% pardos, 8,80% pretos, 1,45% amarelos e 0,34% indígenas. Já entre os não migrantes, 48,65% se autodeclararam brancos, 40,97% pardos, 9,59% pretos, 0,45% amarelos e 0,34% indígenas. No tocante aos anos de estudo, retornados e não migrantes se concentram em sua maioria na classe de 11 a 15 anos de estudos, com 37,35% e 41,12%, respectivamente. Entre os mais escolarizados, isto é, com 16 ou mais anos de estudo, o percentual é maior para os retornados (18,92%) em comparação aos não migrantes (15,56%).

Também é possível observar que, em relação à zona de domicílio, pouco menos de 90% dos retornados e dos não migrantes residiam na zona urbana. Já no que se refere a situação de trabalho, em 2015, 66,03% dos retornados estavam inseridos no mercado de trabalho formal, enquanto para os não migrantes, esse percentual era de 68,44%.

Tabela 1 – Descrição das principais características de retornados e não migrantes no Brasil segundo dados da PNAD 2015

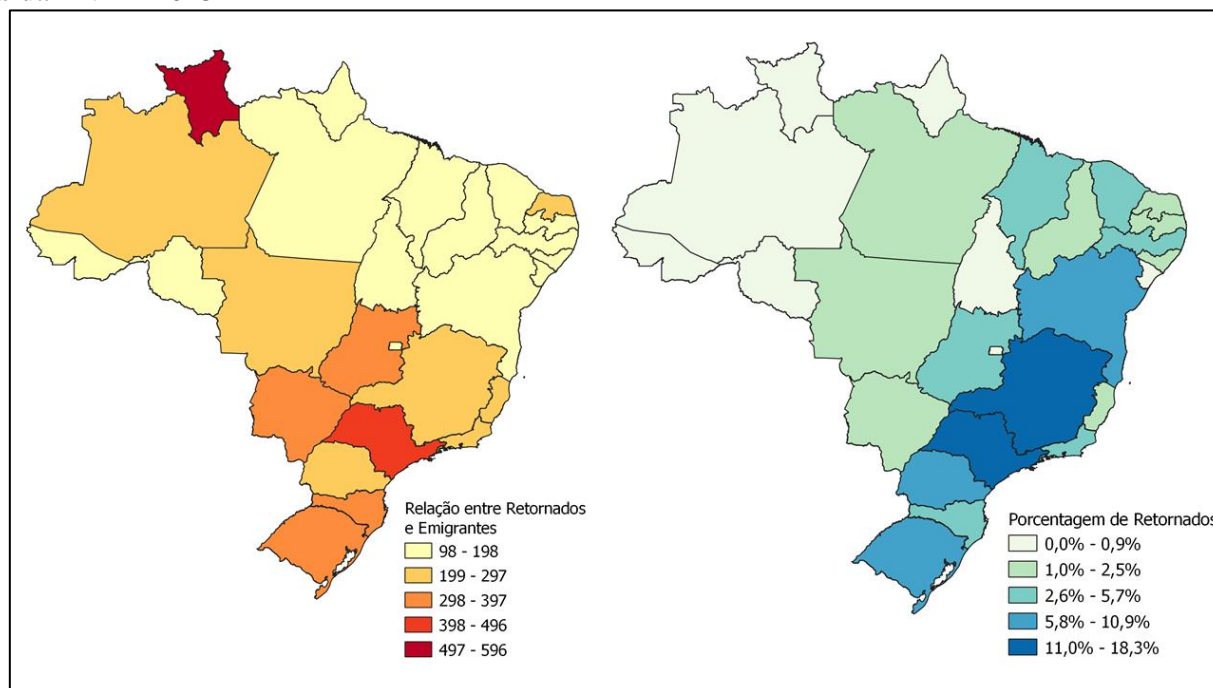
Variável	Categoria	Não migrante	Retornado
Sexo	Feminino	43,80%	38,66%
	Masculino	56,20%	61,34%
Idade	De 18 a 29 anos	21,03%	14,65%
	De 30 a 39 anos	26,92%	24,86%
	De 40 a 49 anos	26,12%	30,16%
	De 50 a 59 anos	20,75%	23,05%
	De 60 a 65 anos	5,18%	7,27%
Raça ou Cor	Branca	48,65%	48,51%
	Preta	9,59%	8,80%
	Amarela	0,45%	1,45%
	Parda	40,97%	40,90%
	Indígena	0,34%	0,34%
Anos de Estudos	Até 4 anos	11,00%	10,79%
	De 5 a 7 anos	15,79%	17,34%
	De 8 a 10 anos	16,53%	15,60%
	De 11 a 15 anos	41,12%	37,35%
	16 ou mais	15,56%	18,92%
Zona de Residência	Rural	10,99%	10,34%
	Urbana	89,01%	89,66%
Situação de trabalho	Formal	68,44%	66,03%
	Informal	31,56%	33,97%
Renda Mensal	Até R\$ 500,99	10,74%	10,86%
	De R\$ 501,00 a R\$ 1500,00	53,37%	46,69%
	De R\$ 1501,00 a R\$ 3000,00	22,41%	24,35%
	De R\$ 3001,00 a R\$ 5000,00	7,06%	8,64%
	De R\$ 5001,00 a R\$ 10000,00	3,61%	5,49%
	Mais de R\$ 10000,00	2,80%	3,97%
Quantidade de horas trabalhadas semanalmente	Até 14 horas	4,22%	4,61%
	15 a 39 horas	18,20%	19,53%
	40 a 44 horas	51,99%	46,20%
	45 a 48 horas	12,66%	12,62%
	49 horas ou mais	12,94%	17,04%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com relação a renda mensal, pode-se notar que, comparativamente aos não migrantes, os retornados possuíam maior prevalência nas classes de rendimentos mais elevadas, o que é um indício da existência de diferencial de rendimento favorável ao migrante de retorno. Isto, porém, também pode estar associado ao fato de retornados terem, em média, mais horas semanais de trabalho do que os não migrantes: 17,04% trabalhavam 49 horas semanais ou mais, enquanto apenas 12,94% dos não migrantes alcançaram essa marca. Além disso, a maioria dos retornados (46,20%) e dos não migrantes (51,99%) trabalhavam entre 40 e 44 horas semanais.

O primeiro mapa na Figura 1 abaixo representa a razão de retornados por emigrantes, o que possibilita saber a proporção de pessoas que retornaram a determinado estado em relação aos que saíram do mesmo. As cores mais escuras indicam maior proporção de retornados por emigrantes. Já o segundo mapa na Figura 1 apresenta o percentual de retornados por estado em relação ao total de retornados brasileiros, novamente, as cores mais escuras indicam percentuais mais elevados.

Figura 1 – Razão retornados por emigrantes e percentual de retornados por estados brasileiros segundo dados da PNAD 2015



Fonte: Elaborado pelos autores

Como é possível visualizar, a maior proporção retornado-emigrante, foi apresentada pelos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Entretanto, foi o estado de Roraima na região Norte que apresentou a maior proporção de retornados em relação aos emigrantes do estado. Apesar de Roraima apresentar-se como o estado com a maior proporção retornado-emigrante, representa uma pequena parcela do total de retornados do país, o que pode ser visualizado no segundo mapa da Figura 1. Além disso, o segundo mapa evidencia que a maior parte dos retornados do país concentram-se na região Sudeste, Sul e Nordeste. É importante destacar que o estado de Minas Gerais possuía uma das maiores parcelas de retornados do país, apesar de, relativamente, ter uma baixa razão retornado-emigrante (visto no primeiro mapa), o que pode ser explicado pelo elevado fluxo migratório desse estado.

4.2 Análise dos resultados

Nesta subseção são apresentados os diferenciais de rendimentos entre retornados e não migrantes, estimados para as macrorregiões brasileiras, pelo método de decomposição de Ñopo. Os diferenciais foram estimados considerando cinco estratos de análise: sexo (masculino e feminino), raça (branco e não branco), situação de atuação no mercado de trabalho (formal ou informal), zona de residência (rural e urbano), e nível de escolaridade (baixa, média e alta qualificação).

A Tabela 2 apresenta os diferenciais de rendimentos entre retornados e não migrantes nas regiões brasileiras de acordo com o sexo do indivíduo. É possível notar que, para ambos os sexos em quase todas as regiões brasileiras, o diferencial total (D) entre retornado e não migrante é positivo, com exceção da amostra de mulheres nordestinas para as quais o diferencial é nulo. Isto significa que, no geral, o indivíduo retornado, independente do sexo, tem uma renda maior do que o não migrante. Tal resultado está de acordo com a literatura que afirma que os indivíduos que migram tendem a apresentar rendimentos mais elevados que não migrantes, ou seja, há efeitos de seletividade positiva para estes indivíduos.

Além disso, vale destacar que o maior diferencial (0,048) é observado na amostra do sexo feminino para a região Norte, o que permite afirmar que *gap* de renda é ainda maior entre mulheres retornadas e mulheres não migrantes na região Norte. Esse resultado indica uma mudança em relação a cenários anteriores, uma vez que, utilizando dados de 2007, Queiroz (2009) afirma que na região Norte os retornados (ambos os sexos) possuíam rendimento inferior aos retornados do Sudeste, sendo que, no presente estudo,

a região Sudeste, juntamente com a região Nordeste, apresenta os menores diferenciais em favor dos retornados.

Tabela 2 – Decomposição de Ñopo (2008) por sexo para as macrorregiões brasileiras segundo dados da PNAD 2015

Efeito	Sexo					
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
D	0,014	0,048	0,004	0,000	0,022	0,003
D0	0,013	0,012	-0,002	-0,013	-0,002	0,019
DM	-0,001	-0,012	0,002	-0,014	0,002	-0,021
DF	0,011	0,032	0,010	0,030	0,017	0,040
DX	-0,009	0,016	-0,005	-0,004	0,004	-0,035
Observáveis	0,001	0,036	0,006	0,013	0,024	-0,016
	8,8%	74,9%	161,4%	0,0%	107,5%	-471,0%
Não observáveis	0,013	0,012	-0,002	-0,013	-0,002	0,019
	91,2%	25,0%	-61,4%	0,0%	-7,6%	571,0%
Efeito	Sul		Sudeste			
	Homem	Mulher	Homem	Mulher		
	Homem	Mulher	Homem	Mulher		
D	0,017	0,028	0,009	0,009		
D0	0,006	0,068	-0,024	0,007		
DM	0,004	-0,010	-0,011	-0,013		
DF	0,018	0,024	0,022	0,034		
DX	-0,011	-0,054	0,023	-0,020		
Observáveis	0,010	-0,040	0,033	0,001		
	61,6%	-142,0%	356,2%	14,2%		
Não observáveis	0,006	0,068	-0,024	0,007		
	38,4%	242,0%	-256,4%	85,8%		

Fonte: Elaborado pelos autores

Também é possível verificar que as características não observáveis contribuem positivamente na composição do diferencial total de rendimentos entre retornados e não migrantes no Brasil, com exceção das amostras do sexo masculino nas regiões Sudeste e Centro-Oeste e nas amostras de ambos os sexos na região Nordeste, para as quais o efeito das características não observáveis diminuiriam o diferencial total entre retornados e não migrantes. Quanto ao efeito das características observáveis, percebe-se que estes contribuem para aumentar o diferencial total de rendimentos entre retornados e não migrantes, com exceção das amostras de mulheres das regiões Centro-Oeste e Sul.

Na Tabela 3 apresenta-se os diferenciais de rendimentos entre retornados e não migrantes nas regiões brasileiras de acordo com a raça autodeclarada do indivíduo na PNAD (2015). Pode-se observar que, para brancos e não brancos, em todas as regiões brasileiras, o diferencial total entre retornado e não migrante foi positivo, exceto para o estrato de indivíduos brancos da região Centro-Oeste, que apontou, a existência de rendimentos mais baixos para os retornados brancos em relação aos não migrantes brancos daquela região. É interessante mencionar, também, o fato de que as regiões Norte, Sul e Sudeste, apresentam diferenciais mais elevados em favor dos retornados em comparação as demais regiões, com destaque para a amostra de não brancos da região Norte, onde o *gap* de renda entre retornados e não migrantes foi visivelmente maior (0,031).

Tabela 3 – Decomposição de Ñopo (2008) por raça para as macrorregiões brasileiras segundo dados da PNAD 2015

Efeito	Raça					
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco
D	0,011	0,031	0,004	0,004	-0,002	0,019
D0	-0,053	0,020	-0,013	-0,005	-0,021	0,023
DM	-0,020	-0,002	-0,016	-0,002	-0,013	-0,004
DF	0,103	0,010	0,046	0,015	0,030	0,023

Continuação...						
DX	-0,020	0,003	-0,014	-0,004	0,003	-0,023
Observáveis	0,063	0,010	0,017	0,009	0,020	-0,005
	597,45%	33,89%	437,05%	239,89%	-1252,53%	-24,81%
Não observáveis	-0,053	0,020	-0,013	-0,005	-0,021	0,023
	-497,45%	66,11%	-336,79%	-139,89%	1352,53%	124,76%
	Sul		Sudeste			
	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco		
D	0,026	0,026	0,013	0,013		
D0	0,034	0,029	-0,018	-0,002		
DM	-0,003	0,015	-0,012	-0,010		
DF	0,019	0,006	0,032	0,016		
DX	-0,025	-0,024	0,010	0,009		
Observáveis	-0,008	-0,003	0,030	0,015		
	-31,87%	-12,17%	240,29%	117,29%		
Não observáveis	0,034	0,029	-0,018	-0,002		
	131,87%	112,17%	-140,29%	-17,21%		

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto a composição desse diferencial observado de rendimentos, chama atenção o fato de que as características não observáveis atuaram no sentido de diminuir o diferencial total entre retornados e não migrantes nas amostras de indivíduos brancos na maioria das regiões brasileiras, exceto no Sul. Isso indica a existência de efeito discriminação negativo sobre o migrante de retorno branco em relação ao não migrante branco na maioria das regiões. Esse efeito também foi observado na amostra de não brancos da região Nordeste. Para as demais regiões, o efeito discriminação foi favorável aos retornados não brancos. Já as características observáveis tendem a ampliar o diferencial total de rendimentos entre retornados brancos e não brancos em quase todas as regiões, com exceção das amostras das regiões Centro-Oeste e Sul.

Com relação a decomposição de \tilde{N} opo para a situação de trabalho formal ou informal, é possível verificar, pela Tabela 4, que em quase todas as regiões brasileiras, tanto no setor formal quanto no informal, o indivíduo retornado recebe maiores níveis salariais que o não migrante. Essa constatação pode estar relacionada aos efeitos de seletividade positiva, pelo qual o retornado, após passar pela experiência de migração, adquire capital humano necessário para expandir seus horizontes no momento do retorno, o que parece corroborar as argumentações de Dustmann e Kirchkamp (2002). Verificando a decomposição de rendimentos por setor de trabalho na região Norte é possível constatar a existência de um diferencial total de renda positivo para o migrante de retorno em relação ao não migrante de 0,028 no setor formal e de 0,017 no setor informal.

Cabe destacar ainda que, tanto as características observáveis quanto as não observáveis tendem a ampliar o diferencial de rendimentos entre retornados e não migrantes na maioria das regiões, com exceção da região Centro-Oeste. No Centro-Oeste ocorreu um diferencial de renda positivo no setor formal (0,022) e negativo no setor informal (-0,007), ou seja, trabalhadores não migrantes do setor informal recebem mais do que os trabalhadores informais retornados. O diferencial de renda positivo no setor formal da região Centro-Oeste é explicado por efeitos de variáveis observáveis (64,3%) e pelas variações das variáveis não observáveis (35,7%). No entanto, no setor informal as variáveis observáveis contribuem para a elevação do diferencial de renda entre retornados e não migrantes, enquanto que os efeitos das variáveis não observáveis reduzem essa diferença. Portanto, de maneira geral, em todos os estados brasileiros, com exceção da região Sul, a magnitude do diferencial de renda entre retornados e não migrantes é maior no setor formal do que no informal. Uma possível explicação para esse diferencial concentrar-se no setor de trabalho formal é que, após o seu retorno, os remigrados preferem uma inserção direta no setor formal, dado que, em média, possuem maior qualificação.

Tabela 4 – Decomposição de Ñopo (2008) por situação de trabalho para as macrorregiões brasileiras segundo dados da PNAD 2015

Efeito	Situação de trabalho					
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
	Formal	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal
D	0,028	0,017	0,013	0,001	0,022	-0,007
D0	0,013	0,010	0,003	-0,024	0,008	0,003
DM	0,004	-0,012	-0,006	-0,002	0,001	-0,001
DF	0,012	-0,012	0,011	0,012	0,019	-0,003
DX	-0,001	0,030	0,005	0,015	-0,006	-0,006
Observáveis	0,015	0,006	0,010	0,025	0,014	-0,010
	53,4%	37,6%	76,6%	2152,2%	64,3%	152,1%
Não observáveis	0,013	0,010	0,003	-0,024	0,008	0,003
	46,6%	62,4%	23,4%	-2052,2%	35,7%	-52,0%
Efeito	Sul		Sudeste			
	Formal	Informal	Formal	Informal		
D	0,025	0,029	0,014	0,010		
D0	0,035	0,022	-0,011	-0,016		
DM	-0,007	0,027	-0,007	-0,016		
DF	0,017	0,017	0,018	0,027		
DX	-0,021	-0,037	0,014	0,014		
Observáveis	-0,010	0,007	0,025	0,025		
	-40,7%	24,6%	175,0%	262,9%		
Não observáveis	0,035	0,022	-0,011	-0,016		
	140,7%	75,4%	-74,9%	-162,8%		

Fonte: Elaborado pelos autores

Entre as regiões brasileiras, é possível verificar que a região Norte foi a que possuiu a maior disparidade de rendimentos entre retornados e não migrantes do setor formal. Essa situação se justifica pois, segundo dados da PNAD 2015, dentre todas as regiões brasileiras, a região Norte detém um dos maiores números de trabalhadores retornados do setor formal que recebem acima de R\$ 10.000,00 (representando 4,70% da população retornada da respectiva região) e a menor porcentagem de não migrantes formais que recebem acima dessa faixa de renda, sendo esses 1,57% da população. No entanto, é possível destacar também que a região Sul apresenta a maior disparidade de rendimentos entre agentes remigrantes e não migrantes no setor informal. Essa situação possivelmente aconteça, pois, a respectiva região além de apresentar o maior número de pessoas retornadas que recebem mais de R\$ 5000,00 mensais (8,10% da população) também detém a menor população de não migrantes que angariam esse valor de renda (4,78%).

Com relação ao diferencial de rendimento entre retornados e não migrantes em relação às zonas de domicílio, é possível observar na Tabela 5, que no ambiente urbano de todas as regiões do Brasil, os migrantes de retorno possuem uma vantagem positiva em rendimentos em relação aos indivíduos que nunca deixaram seu local de nascimento. Na região Norte, por exemplo, a magnitude do diferencial foi de 0,037 favorável ao retornador morador da zona urbana, sendo esse o maior diferencial entre todas as regiões brasileiras. Nas demais regiões - Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste - a disparidade de rendimentos entre retornados e não migrantes da zona urbana foi de 0,013, 0,009, 0,021 e 0,013, respectivamente.

Observa-se que na maioria das regiões, com exceção da região Sul e Sudeste, tanto as características observáveis como as não observáveis, tendem a elevar as diferenças de renda entre os indivíduos retornados e não retornados. Na região Sul, no entanto, os efeitos das variáveis observáveis reduzem esse diferencial, enquanto as variáveis não observáveis tendem a elevá-lo. Por outro lado, na região Sudeste, o efeito é contrário, há uma elevação na diferença de renda entre retornados e não migrantes explicados pelas variações de elementos observáveis e uma redução causada por variáveis não observáveis.

Tabela 5 – Decomposição de Ñopo (2008) por zona de domicílio para as macrorregiões brasileiras segundo dados da PNAD 2015

Efeito	Zona de domicílio					
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
D	0,037	-0,027	0,013	-0,039	0,009	0,035
D0	0,014	-0,035	0,001	-0,105	0,007	0,030
DM	-0,001	0,002	0,000	-0,002	-0,009	0,032
DF	0,019	-0,051	0,013	0,044	0,024	-0,021
DX	0,004	0,056	-0,001	0,025	-0,013	-0,005
Observáveis	0,022	0,007	0,012	0,067	0,002	0,006
	60,8%	-26,8%	88,6%	-172,8%	26,3%	16,6%
Não observáveis	0,014	-0,035	0,001	-0,105	0,007	0,030
	39,2%	126,8%	11,4%	272,8%	73,7%	83,4%
	Sul		Sudeste			
	Urbana	Rural	Urbana	Rural		
D	0,021	0,053	0,013	-0,023		
D0	0,034	-0,007	-0,012	0,007		
DM	-0,003	0,054	-0,009	-0,011		
DF	0,016	0,028	0,025	-0,028		
DX	-0,025	-0,022	0,009	0,009		
Observáveis	-0,013	0,060	0,025	-0,030		
	-60,3%	113,7%	189,6%	133,2%		
Não observáveis	0,034	-0,007	-0,012	0,007		
	160,3%	-13,7%	-89,7%	-33,2%		

Fonte: Elaborado pelos autores

Verificando a decomposição de rendimentos na zona rural é possível observar que as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, apresentaram diferencial de rendimentos negativo, sendo o valor desse diferencial de -0,027, -0,039 e -0,023, respectivamente. Esse resultado negativo indica que indivíduos não retornados são mais bem remunerados do que as pessoas retornadas nas zonas rurais dessas regiões. Entretanto, nas regiões Sul e Sudeste, o diferencial de rendimentos entre retornados e não migrantes é positivo, ou seja, nessas regiões os remigrados recebem melhores salários em relação ao não migrante. A magnitude do diferencial na zona rural das regiões Sul e Centro-oeste são de 0,053 e 0,035, respectivamente. Sendo que a região sul concentra a maior diferença de salários entre retornados e não migrantes entre todas as zonas rurais brasileiras.

Uma possível explicação para esses resultados decorre do fato das regiões Nordeste, Norte e Sudeste não possuem um setor agrícola tão dinâmico quanto o agronegócio na região Sul do Brasil. Na realidade elas são responsáveis pela grande produção de outros setores como o têxtil, calçadista, produção industrial e etc., setores mais concentrados na área urbana. Portanto, a concentração de indivíduos nas zonas rurais das regiões Nordeste, Sudeste e Norte é composta, em sua maior parcela, por pessoas com baixo grau de instrução e remuneração - Freire (2000). O mesmo não ocorre nas regiões Sul e Centro-oeste, que são polos de produção agrícola de exportação – agronegócio – segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Além da elevada produção agrícola com alta tecnologia, a região Sul é uma das maiores regiões produtoras de máquinas agrícolas do Brasil (segundo dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE) e são regiões capazes de empregar e absorver indivíduos com altos níveis de escolaridade. Segundo Paula Junior (2019), é recorrente que essas regiões produtoras agrícolas absorvam indivíduos com grande capital humano, uma vez que, geram efeitos indiretos sobre a área colhida dado o grande aparato tecnológico que essas grandes fronteiras agrícolas possuem. Portanto, dada a grande disparidade de renda entre as zonas rurais do Sul e Centro-Oeste em comparação as do Norte, Nordeste e Sudeste, é possível inferir que os migrantes de retorno, devido ao seu maior nível educacional médio preferem deslocar-se zonas rurais da região Sul e Centro-Oeste quando optam por viver em zonas não urbanas.

Quanto aos diferenciais de rendimentos por nível de escolaridade, expostos na Tabela 6, verifica-se que na região Sudeste a categoria correspondente a indivíduos com escolaridade média apresenta um

diferencial de renda negativo na magnitude de -0,017, portanto, nessas regiões, indivíduos não migrantes que possuem ensino médio completo recebem mais do que os retornados com esse mesmo nível de escolaridade. O contrário ocorre para os níveis de escolaridade baixo e elevado, nesses casos e na região Sudeste o remigrado obtém rendimentos maiores do que os do não migrantes.

Tabela 6 – Decomposição de Ñopo por escolaridade para as macrorregiões brasileiras segundo dados da PNAD 2015

Efeito	Escolaridade					
	Norte			Nordeste		
	Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta
D	0,008	0,015	0,049	-0,008	0,018	0,019
D0	-0,022	0,024	0,013	-0,017	0,000	0,003
DM	-0,008	-0,002	0,026	0,000	-0,003	0,002
DF	0,014	-0,005	0,019	0,009	0,008	0,013
DX	0,023	-0,002	-0,009	0,000	0,013	0,000
Observáveis	0,030	-0,009	0,035	0,009	0,018	0,015
	384,9%	-56,0%	72,5%	-108,7%	98,2%	81,4%
Não observáveis	-0,022	0,024	0,013	-0,017	0,000	0,003
	-285,0%	156,1%	27,5%	208,6%	1,8%	18,6%
Efeito	Centro Oeste			Sudeste		
	Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta
	D	-0,006	0,009	0,013	0,027	-0,017
D0	-0,011	0,016	-0,009	0,004	-0,014	-0,024
DM	-0,006	0,001	0,006	-0,002	-0,004	-0,004
DF	0,012	0,017	-0,001	0,013	0,005	0,006
DX	-0,002	-0,025	0,017	0,011	-0,005	0,033
Observáveis	0,005	-0,007	0,022	0,022	-0,003	0,035
	-72,3%	-79,8%	165,3%	84,4%	18,6%	325,8%
Não observáveis	-0,011	0,016	-0,009	0,004	-0,014	-0,024
	172,3%	179,9%	-65,3%	15,6%	81,4%	-225,8%
Efeito	Sul					
	Baixa	Média	Alta			
	D	0,010	0,005	0,060		
D0	0,003	0,057	0,072			
DM	0,009	0,000	0,011			
DF	0,013	0,007	0,006			
DX	-0,015	-0,059	-0,029			
Observáveis	0,006	-0,052	-0,012			
	67,9%	-1103,5%	-19,5%			
Não observáveis	0,003	0,057	0,072			
	32,1%	1203,4%	119,5%			

Fonte: Elaborado pelos autores

Esses resultados expostos permitem, de certa forma, analisar as desigualdades de rendimentos existentes entre as regiões brasileiras. Um aspecto relevante para essa análise é a constatação que regiões remuneram a qualificação ou a escolaridade de forma diferente no Brasil. Assim, por exemplo, indivíduos retornados de baixo nível educacional recebem maiores salários na região Sudeste, enquanto que agentes de que possuem o ensino médio completo conseguem obter remunerações maiores na região Nordeste se resolverem retornar para suas regiões de origem. Por fim, pessoas com alto grau de instrução são melhor remunerados na região Sul. Essa disparidade de remuneração deve-se às diferenças econômicas profundas entre as regiões no Brasil. Aparentemente, não há igualdade de oportunidades entre as regiões brasileiras para pessoas com diferentes graus de escolaridade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi verificar os efeitos da migração de retorno sobre os níveis salariais dos migrantes nas macrorregiões brasileiras. Esse estudo estava apoiado na hipótese de seletividade positiva,

em que agentes econômicos sofrem um processo de expansão de suas capacidades intelectuais e econômicas durante o processo de migração, que são refletidas em seus níveis salariais obtidos na região de destino e depois do retorno na própria região de origem. Logo, foi realizado a decomposição de Ñopo com o intuito de verificar as diferenças nos níveis de rendimentos dos migrantes de retorno e dos indivíduos que nunca deixaram seu local de nascimento. Esse diferencial foi estabelecido considerando diferentes aspectos, individuais e socioeconômicos, por meio de dados da PNAD 2015.

Como resultado geral, pode-se confirmar a hipótese de seletividade positiva, em que, os migrantes de retorno detiveram um nível maior de salários do que indivíduos não migrantes. No entanto, esse processo não ocorreu de forma homogênea entre as regiões e categorias de indivíduos, como por exemplo, na região Centro-Oeste, em que os indivíduos brancos não migrantes angariavam rendas maiores do que pessoas brancas retornadas. Essa situação se manteve no setor informal do mercado de trabalho da Região Centro-Oeste e nas zonas rurais das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, possivelmente ocasionadas pela menor dinamicidade do setor agrícola em relação as demais regiões.

Outro achado de destaque foram os diferenciais de renda entre retornados e não migrantes por faixa de escolaridade, nesse caso, verificou-se que os migrantes de retorno de baixa escolaridade receberam maiores rendimentos na região Sudeste, enquanto que os de média e alta escolaridade auferiram maiores rendimentos nas regiões Nordeste e Sul. Já os não migrantes de baixa escolaridade obtiveram remunerações maiores do que os retornados dessa mesma classe na região Nordeste. Os indivíduos não migrantes de escolaridade média na região Sudeste recebiam em média uma remuneração maior do que os retornados.

Nesse sentido, as evidências indicam que, com exceção da região Sudeste, os migrantes de retorno mais instruídos foram também os que apresentaram maiores diferenciais de rendimentos em seu favor, possivelmente em virtude dos ganhos de oportunidades obtidas durante o processo migratório para outras regiões.

Portanto, destaca-se a necessidade de os governantes dedicarem mais atenção ao estudo do fluxo de migrantes, uma vez que, há um mecanismo de ganhos econômicos pessoais com a migração para outras regiões e com a própria migração de retorno. Esses ganhos têm um potencial de induzir uma transformação social regional positiva. Por fim, ressalta-se que, devido a uma limitação da base de dados da PNAD, que não contém informações referentes as microrregiões brasileiras, não foi possível realizar a correção da disparidade do custo de vida dessas localidades. No entanto, a falta desse procedimento não invalida os resultados encontrados. Como sugestão de trabalho futuro, sugere-se a realização de uma análise de impacto dos fluxos migratórios sobre as taxas de crescimento das macrorregiões brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. N.; AZZONI, C. R. Custo de vida comparativo das regiões metropolitanas brasileiras: 1996-2014. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 46, n. 1, p. 253-276, 2016.

BORJAS, G. J.; BRATSBERG, B. Who leaves? The outmigration of the foreign-born. **National Bureau of Economic Research**, 1994.

BRASIL. Companhia nacional de abastecimento (CONAB). Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/>>. Acesso em: 10. Jul. 2020.

CAVALCANTE, W.V.; JUSTO, W.R. Migração de retorno para o nordeste e o impacto sobre a renda dos estados no período de 2003-2012. In: ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ECONOMIA, 5., 2017, Recife. **Anais...** PERNANBUCO: CORECON/PE, 2017. p. 2-24.

DUSTMANN, C. Return migration, wage differentials, and the optimal migration duration. **European Economic Review**, v. 47, n. 2, p. 353-369, 2003.

DUSTMANN, C.; KIRCHKAMP, O. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. **Journal of development economics**, v. 67, n. 2, p. 351-372, 2002.

DUSTMANN, C.; WEISS, Y. Return migration: theory and empirical evidence from the UK. **British Journal of Industrial Relations**, v. 45, n. 2, p. 236-256, 2007.

FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://arquivofee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

FREIRE, C.R.F. **Análise do trabalhador rural no Nordeste do Brasil**. 2000. 90 f. Dissertação (Mestre em ciências – área de concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba 2000.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M. Migração e seleção: evidências para o Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS*, 5., 2007, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: ABER, 2007.

LIMA, C. F. et al. **Diferenciais de rendimentos entre o migrante e o não migrante na região do Matopiba**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. (Texto para discussão 2498).

LIMA, C. F.; ARAUJO, J. A.; COSTA, E. M. Diferencial de Renda do Migrante de Retorno Nordestino por Setor de Trabalho. **Análise Econômica**, v. 38, n. 75, 2020.

MACIEL, F. T.; DA CUNHA, M. S. Migração e diferenciais de rendimento no Brasil: uma análise sobre o efeito do tempo de chegada ao local de destino. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, n. 3, p. 627-650, 2013.

MARIANO, F. Z.; COSTA, E. M.; GUIMARÃES, D. B.; SOUZA, D.T. Diferenciais de rendimentos entre cors e gêneros, nas regiões metropolitanas, por níveis ocupacionais: uma análise através do pareamento de Ñopo. **Estudos Econômicos**, v. 48, n. 1, p. 137-173, 2018.

NEWBOLD, K. B. Counting migrants and migrations: Comparing lifetime and fixed-interval return and onward migration. **Economic Geography**, v. 77, n. 1, p. 23-40, 2001.

ÑOPO, H. Matching as a tool to decompose wage gaps. **The Review of Economics and Statistics**, v. 90, n. 2, p. 290-299, 2008.

OAXACA, R. L. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, v. 14, p. 693-709. 1973.

QUEIROZ, V. S. Migração de retorno, diferenciais de salários e autosseleção: evidências para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PAULA JUNIOR, A. Escolaridade nas zonas rurais da região sul. **Espaço e Economia**, v. 8, n.16, 2019.

PNAD, IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. **Rio de Janeiro: IBGE**, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 08. Jun. 2020.

RAMALHO, H. M. B.; QUEIROZ, V. S. Migração interestadual de retorno e autosseleção: evidências para o Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 41, n.3, p. 369-396, 2011.

ZHAO, Yaohui. Causes and consequences of return migration: recent evidence from China. **Journal of Comparative Economics**, v. 30, n. 2, p. 376-394, 2002.